

ARRANJOS SOCIOPRODUTIVOS E CAMPESINIDADE: UMA ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA NA HORTA COMUNITÁRIA POVO UNIDO EM JUAZEIRO/BA

SOCIOPRODUCTIVE ARRANGEMENTS AND PEASANTRY: AN ANALYSIS OF
ECONOMIC SUSTAINABILITY IN THE POVO UNIDO COMMUNITY GARDEN IN
JUAZEIRO/BA

ARREGLOS SOCIOPRODUCTIVOS Y CAMPESINADO: UN ANÁLISIS DE LA
SOSTENIBILIDAD ECONÓMICA EN EL HUERTO COMUNITARIO POVO UNIDO
EN JUAZEIRO/BA

Rita Regina Marques Costa¹, Denes Dantas Vieira², Vivianni Marques Leite dos Santos³, Deise
Cristiane do Nascimento⁴

DOI: 10.54899/dcs.v22i83.3411

Recibido: 19/09/2025 | Aceptado: 22/09/2025 | Publicación en línea: 06/10/2025.

RESUMO

O presente artigo analisou a experiência da Horta Comunitária Povo Unido, em Juazeiro/BA, como arranjo socioprodutivo de base comunitária, buscando compreender suas implicações para a sustentabilidade econômica dos agricultores familiares. A pesquisa parte da hipótese de que a participação nesses arranjos fortalece a renda, a autonomia e campesinidade dos agricultores urbanos. Com uma abordagem exploratória e quantitativa, utilizando o Método Lume para análise detalhada de quatro núcleos familiares representativos. Os resultados revelam diferenças significativas entre os estilos de gestão, com maior dependência de insumos externos em algumas famílias e maior autonomia em outras, especialmente ao vincular trabalho produtivo e reprodutivo. Conclui-se que os arranjos socioprodutivos de base comunitária são instrumentos fundamentais para o fortalecimento da agricultura urbana e para a formulação de políticas públicas voltadas à economia solidária e a agroecologia, sendo as hortas comunitárias uma estratégia de fomento e desenvolvimento local.

Palavras-chave: Agricultura Urbana. Agroecologia. Arranjo socioprodutivo de Base Comunitária. Campesinidade. Sustentabilidade Econômica.

¹ Mestre em Extensão Rural, Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Juazeiro, Bahia, Brasil. E-mail: ritareginacosta7@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4912-9492>

² Doutor em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: denes.vieira@univasf.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7964-3356>

³ Doutora em Química, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil. E-mail: vivianni.santos@univasf.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8741-8888>

⁴ Doutora em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Juazeiro, Bahia, Brasil. E-mail: deise.nascimento@prof.facape.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1517-9675>

ABSTRACT

This article analyzed the experience of the Povo Unido Community Garden in Juazeiro, Bahia, as a community-based socio-productive arrangement, seeking to understand its implications for the economic sustainability of family farmers. The research is based on the hypothesis that participation in these arrangements strengthens the income, autonomy, and peasantry of urban farmers. It uses an exploratory and quantitative approach, using the Lume Method for a detailed analysis of four representative family units. The results reveal significant differences between management styles, with greater dependence on external inputs in some families and greater autonomy in others, especially when linking productive and reproductive labor. The conclusion is that community-based socio-productive arrangements are fundamental instruments for strengthening urban agriculture and for formulating public policies focused on the solidarity economy and agroecology, with community gardens serving as a strategy for local development and promotion.

Keywords: Urban Agriculture. Agroecology. Socioproductive Arrangements. Peasantry. Economic Sustainability.

RESUMEN

Este artículo analizó la experiencia del Huerto Comunitario Povo Unido en Juazeiro, Bahía, como un arreglo socioproductivo comunitario, buscando comprender sus implicaciones para la sostenibilidad económica de los agricultores familiares. La investigación se basa en la hipótesis de que la participación en estos arreglos fortalece los ingresos, la autonomía y el campesinado de los agricultores urbanos. Utiliza un enfoque exploratorio y cuantitativo, utilizando el Método Lume para un análisis detallado de cuatro unidades familiares representativas. Los resultados revelan diferencias significativas entre los estilos de gestión, con mayor dependencia de insumos externos en algunas familias y mayor autonomía en otras, especialmente al vincular el trabajo productivo y reproductivo. La conclusión es que los arreglos socioproductivos comunitarios son instrumentos fundamentales para el fortalecimiento de la agricultura urbana y para la formulación de políticas públicas centradas en la economía solidaria y la agroecología, y que los huertos comunitarios sirven como estrategia para el desarrollo y la promoción local.

Palabras clave: Agricultura Urbana. Agroecología. Arreglos Socioproductivos Comunitarios. Campesinado. Sostenibilidad Económica.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a agricultura urbana, especialmente por meio de hortas comunitárias, tem assumido crescente relevância como estratégia de inclusão social, promoção da segurança alimentar, geração de renda e fortalecimento de vínculos comunitários. Inseridas em redes de

cooperação solidária, essas iniciativas não apenas incluem socialmente populações em vulnerabilidade, mas também promovem a preservação dos espaços verdes e estimulam o exercício da cidadania. As ações coletivas e participativas buscam fortalecer os agricultores por meio da organização social da sociedade civil em associações. O associativismo, ao fortalecer a organização social dos agricultores, dá origem a arranjos socioprodutivos que promovem a interação, cooperação e aprendizagem.

A partir dessa premissa, os agricultores familiares constroem relações pautados em valores sociais, éticos e solidários que se realizam e se constituem em comportamentos econômicos e ações de práticas comuns, que configuram na atuação de rede de cooperação participativa com intuito de ajuda mútua e no fortalecimento de espaços sociopolíticos. Nesse contexto, os arranjos socioprodutivos de base comunitária emergem como mecanismo que articulam agricultores familiares promovendo a construção social de mercados e uma economia solidária. Mais que estratégias de comercialização, esses arranjos fortalecem a autonomia dos agricultores, promovem o aprendizado coletivo, criam condições para a certificação participativa e para acesso a políticas públicas.

Nesse contexto, a questão central da pesquisa para analisar a viabilidade dos arranjos socioprodutivos na agricultura urbana, propõe-se a seguinte hipótese para guiar o estudo: a participação em arranjos socioprodutivos de base comunitária está positivamente correlacionada com a melhoria da autonomia e a renda familiar dos agricultores, impactando diretamente a sustentabilidade de seus agroecossistemas. Essa hipótese buscou validar a premissa de que a integração social e a organização coletiva não apenas fortalecem os laços entre os agricultores, mas também os capacitam a superar vulnerabilidades econômicas e acessar mercados de forma mais eficiente e justa, o que é um fator crucial para o desenvolvimento local.

A presente pesquisa analisa o arranjo socioprodutivo da Associação Rural da Horta Comunitária Povo Unido, em Juazeiro/BA, com o objetivo de compreender como a organização coletiva e os vínculos de cooperação contribuem para a sustentabilidade econômica das famílias na promoção de mercados sustentáveis

A relevância deste estudo reside na sua contribuição para a compreensão das interações de mercado na agricultura familiar, gerando um conhecimento teórico e prático que pode subsidiar a formulação de políticas públicas. Em um cenário complexo e em constante transformação, essas políticas frequentemente se baseiam em referências defasadas que não atendem às necessidades e especificidades de cada território. Assim, a análise da Horta

Comunitária Povo Unido, como é conhecida, é um arranjo socioprodutivo inovador, não apenas minimiza os desafios enfrentados pelas organizações sociais, mas também serve como um exemplo para construção de uma economia solidária e agroecológica no contexto brasileiro.

Nessa perspectiva, o estudo busca validar por meios de evidências quantitativas, contribuir para minimizar os desafios encontrados nas organizações sociais, e com os resultados, pontuar e possibilitar a divulgação da necessidade de novas referências para políticas públicas, visto que elas precisam ser direcionadas conforme as necessidades atuais e as especificidades de cada localidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

A literatura sobre agricultura familiar e agroecologia enfatiza a importância das formas coletivas de organização para enfrentar a vulnerabilidade sociais e econômicas. Conforme Santos (2020), o associativismo tem o reconhecimento por interagir com o Estado, os mercados e com a sociedade civil, contudo ainda carece de elaboração de políticas públicas que estimule formas associativas como elemento estratégico de desenvolvimento sustentável local, no apoio à agricultura familiar. Segundo Schneider e Ferrari (2015) destacam, o associativismo fortalece a agricultura familiar, por meio da construção de novos mecanismos e processos de valorização dos produtos e a inserção em mercados. Favareto e Seifer (2012) em seus estudos enfatizam que o espaço rural, e por extensão, o urbano-rural, vem passando por configurações que favorecem novas interações socioeconômicas, possibilitando um ambiente favorável a iniciativas visando diminuir a vulnerabilidade socioeconômica.

A prática de atividades agrícolas nos centros urbanos e seus arredores, emerge como alternativa para minimizar as situações de vulnerabilidade. Assim, a Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) é uma atividade alinhada ao movimento global em direção a sistemas alimentares sustentáveis para construir comunidades urbanas resilientes (Maciel, Lima e Pinheiro, 2025). Nesse cenário, Sagae (2022) salienta a importância de compreender que a agricultura urbana não compete com a produção na zona rural, mas que coadunam-se, visto que o meio urbano tem sua dinâmica socioespacial interagindo com o espaço da produção e criando características e necessidades específicas para o agricultor urbano. Assim, Biazoti e Sorrentino, (2022) destacam que as hortas comunitárias urbanas e periurbanas, emergem como espaços de interação, contribuindo para a requalificação de espaços, fortalecendo a cultura local, garantindo

a segurança alimentar e a intervenção social. Impactando positivamente na igualdade de gênero, na cidadania, preservação ambiental, e na expressão política das comunidades.

Destas interações surge a oportunidade dos distintos atores e grupos sociais de definir quais estratégias lhes geram as melhores possibilidades de obter níveis satisfatórios de desenvolvimento socioeconômico, além da oportunidade de inserção na economia local. Para além disso, devido às limitações e dependência de recursos necessários a manter suas unidades produtivas, as organizações no âmbito geral, nem sempre são capazes de gerar todos os recursos necessários e nem toda atividade pode ser realizada somente internamente de maneira isolada e independente. De tal maneira, que os agricultores familiares mesmo em organizações sociais passam a depender de seu ambiente e de outras organizações para obter o acesso aos recursos necessários. A partir das interações coletivas e da dependência dos recursos externos, emerge os arranjos formais e informais realizadas entre os agricultores familiares e demais atores locais.

Os “Arranjo Produtivo de base comunitária” derivam tanto da noção de Arranjo Institucional (AI), vinculados às interações entre o Estado e a sociedade civil, quanto dos Arranjo Produtivo Local (APL), associada ao termo “cluster” na literatura internacional, que enfatizam a discussão sobre aglomeração setorial de empresas. No entanto, um viés na perspectiva ecossocial tem se destacado, expandindo a discussão para além de um mero conjunto de empresas e incorporando o conceito de ecodesenvolvimento. Nessa perspectiva, os APLs são compreendidos como catalisadores do ambiente rural local, capazes de reforçar a competitividade por meio da cooperação e da participação social coletiva, envolvendo organizações governamentais quanto a sociedade civil. A presente pesquisa se insere nessa abordagem, mas com a denominação específica de Arranjos socioprodutivos de base comunitária (APL.com), enfatizando a sua natureza social e associativa.

Segundo Fuini e Hori (2014), a discussão sobre APLs foi sistematizado no Brasil pela REDESIST (Rede de Pesquisa de Sistemas Locais de Produção e Inovação do Instituto de Economia da UFRJ) e posteriormente incorporado em políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local. A gestão interorganizacional que caracteriza os “Arranjos Socioprodutivos de Base Comunitária” transcende o espaço puramente econômico, criando uma dinâmica dialética de cooperação e competição em um território sociopolítico e econômico específico.

As relações sociais construídas nesses arranjos contribuem para um sentimento de pertencimento ao território e a preservação dos ecossistemas locais. Na perspectiva

agroecológica, esses arranjos contribuem para ampliar a campesinidade, conceito associado a autonomia, diversificação produtiva e reciprocidade, além de criar redes de economia solidária. Desse modo, o associativismo comunitário e as redes de economia solidária atuam como espaços qualificados que não buscam apenas aumentar as chances de sobrevivência na economia de mercado, mas também preservar suas características comunitárias, como destacam diversos autores como Sampaio, Dallabrida e Pellin, (2011); Singer (2002); Sampaio (2008), Silveira (2024).

Para Schneider e Ferrari (2015) essa interação através da organização coletiva exige uma estrutura administrativa e organizacional minimamente estruturada, capaz de assegurar uma governança mais eficiente e eficaz, ou seja, uma gestão ativa na busca por parcerias; alianças na elaboração e execução de projetos; maior possibilidade de aquisição de créditos; certificação de reconhecimento da qualidade dos produtos; canais de comercialização de orgânicos/agroecológicos, com ampliação da oferta e diversificação dos produtos no mercado; e garantia do direito a seguridade social. Nesse sentido, Franca, Alves, Wantenberg (2024) em seu estudo de revisão sistemática de literatura de 2002 a 2022, destacam 34 artigos com abordagem em “Arranjos Produtivos locais” e “Governança”, contudo os estudos não apresentaram correlação com “agricultura urbana” nem como estratégia de acesso a “mercados sustentáveis”. Desse modo, os artigos e autores citados, são relevantes por sinalizar uma lacuna quanto a abordagem dos APL como estratégia de mercados sustentáveis pela agricultura urbana no fortalecimento da agricultura familiar, apontando que outras áreas merecem investigação.

Uma outra dimensão, é que esses arranjos estabelecem bases estruturais de experiência para pesquisa e desenvolvimento local na perspectiva de priorizar aperfeiçoamento e o aprendizado contínuo. Isso porque, embora sob um cenário complexo, conforme Miranda, Escosteguy, Rover e Sampaio (2020) é possível observar que variáveis aparentemente isoladas podem ter um entrelaçamento importante naquilo que se objetiva saber sobre esses arranjos.

De tal maneira que, os arranjos socioprodutivos de base comunitária vêm destacando-se como possibilidades sustentáveis com reconhecimento institucional de Organismos como a FAO, IFAD, UNESCO que reconhecem o papel estratégico dos arranjos socioprodutivos na segurança alimentar, na redução da pobreza e mitigação das mudanças climáticas e como instrumento importante para a aglutinar ações coletivas, permitindo que os agricultores participem de mercados cada vez mais competitivo e socialmente excludentes.

METODOLOGIA

A pesquisa é classificada como exploratória, de abordagem quantitativa, com base em Gil (2010) e Marconi e Lakatos (2017). O estudo de campo foi realizado com agricultores familiares da Horta Comunitária Povo Unido, fundada em 1987. Desde a sua criação, a horta estabeleceu práticas de cultivo ecologicamente sustentáveis, tornando-se uma referência em agricultura urbana de base comunitária e orgânica. Seu empenho contribui para a segurança alimentar de 70 agricultores familiares ao diminuir a vulnerabilidade, fortalecendo a autonomia econômica e social dos 120 associados, conquistando a Certificação de Produtos Orgânicos.

A pesquisa foi realizada entre março a maio de 2025, teve como participantes, 47 (quarenta e sete) representantes das famílias de agricultores e 3 (três) membros familiares, totalizando 50 associados, participantes do arranjo socioprodutivo. Contudo, a partir das entrevistas, foram convidadas intencionalmente, 3 famílias e 1 membro para atender a proposta de análise quantitativa. Os participantes foram selecionados com base em perfis que possuíam informações suficientes para a quantificação dos dados e que apresentavam peculiaridades distintas, tais como diversidade de mercados acessados, diversidade de produção e utilização da força de trabalho no agroecossistema familiar, o que enriquece a análise comparativa.

Para esse propósito, os dados coletados foram analisados pelo Método Lume, uma ferramenta que se fundamenta no enfoque sistêmico e em abordagens participativas para a construção do conhecimento agroecológico. Desenvolvido pela AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecológica (Petersen, et al.2021), o método visa apoiar processos de desenvolvimento rural, tornando visíveis as complexas relações econômicas, ecológicas e políticas que singularizam os modos de produção da agricultura familiar, mas que frequentemente são negligenciados pelo paradigma econômico dominante.

Na perspectiva dos arranjos socioprodutivos, a análise se concentrou nos seguintes parâmetros do método: “Diversidades de mercados acessados”; “Participação em espaços políticos-organizacionais”, “Acessos a políticas públicas” e “participação em redes sociotécnicas de aprendizagem”. Os dados foram coletados por entrevistas e sistematizados em planilhas próprias do método, permitindo análise comparativa entre diferentes estilos de gestão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo em vista as percepções qualitativas na visão dos agricultores familiares sobre a dinâmica de trabalho e a sustentabilidade das famílias, a análise quantitativa buscou aprofundar a compreensão da realidade econômica das famílias através dos resultados dos indicadores de sustentabilidade da produção, em uma base numérica para as discussões iniciadas.

O método Lume, propõe, a análise quantitativa de desempenho econômico do agroecossistema que se estrutura a partir de uma relação de indicadores que expressam os resultados econômico-ecológicos sob diferentes aspectos. Para atender a perspectiva da pesquisa, os dados primários dos fluxos econômicos foram inseridos no conjunto de planilha disponibilizadas pelo método e culminou na apresentação dos indicadores em diferentes níveis de agregação, gerando uma representação detalhada da economia das famílias que compõem os agroecossistemas utilizados como referência para a análise. Uma das relações expressas pelo método é o balanço entre os recursos produtivos mercantis (insumos e serviços) e os recursos reproduzidos no processo de trabalho no agroecossistema.

Para compreender o impacto dos “recursos reproduzidos”, é imperativo descrever o processo: eles resultam da aquisição de mudas e possibilitam um ganho alto sobre o desdobramento de cada uma. Por exemplo, os recursos reproduzidos, como a produção de mudas de cebolina a partir da “divisão da touczeria”, demonstram a capacidade de autossuficiência do agroecossistema. Para cada 300 mudas adquiridas, é possível produzir cerca de 1.800 molos reduzindo a dependência de insumos externos em ciclos subsequentes.

A análise conforme o método, é possível a partir de diferentes recortes analíticos, entre eles, por subsistemas, por esferas de trabalho (mercantil e autoconsumo, doméstico e cuidados, participação social e pluriatividade), por esferas de circulação econômica (intercâmbios mercantis ou por reciprocidade), por gênero e por geração (AS-PTA, 2025). O agroecossistema, conforme enfoque socioecológico, é definido como uma unidade social de apropriação e conversão de bens ecológicos em bens econômicos e sua delimitação física é demarcada pelo espaço ambiental apropriado pela agricultura familiar, assim denominado por um Núcleo Social de Gestão do Agroecossistema (NSGA). Trata-se da unidade produtiva familiar e os limites do agroecossistema coincidem com as divisas do estabelecimento familiar – independentemente do regime de posse da terra (Petersen et al., 2017).

O método por permitir diversificar as possibilidades analíticas para além da avaliação

econômica convencional, possibilita de tal maneira, que os indicadores revelem relações de trabalho e de poder ocultas nas estatísticas oficiais sobre a agricultura e os sistemas agroalimentares. Com os indicadores para cada família os dados processados compõem automaticamente um diagrama de síntese dos equivalentes monetários correspondentes aos fluxos econômico-ecológicos que integram o processo de conversão de recursos em produtos.

Dessa forma, ao articular as duas relações econômicas representadas no diagrama, os padrões de reprodução econômico-ecológica do agroecossistema possibilitam expressar:

- a. O balanço entre as receitas geradas pelos produtos vendidos e as despesas incorridas com a mobilização de fatores de produção (insumos e serviços) nos mercados (recursos produtivos mercantis).
- b. A segunda relação, corresponde ao balanço entre os recursos produtivos mercantis (insumos e serviços) e os recursos reproduzidos no processo de trabalho no agroecossistema e/ou recebidos de terceiros por meio de relações de reciprocidade (AS-PTA,2025).

Quando combinadas, essas duas relações expressam diferenças marcantes entre os estilos de gestão econômico-ecológica deles. Nessa perspectiva, permeia o interesse de testar e validar a consistência dos resultados analisados qualitativamente quanto a sustentabilidade das famílias, os mercados acessados e intercâmbios mercantis e/ou por reciprocidade, a partir dos indicadores proposto pelo método. Assim, a amostra é composta por 01 responsável pelos lotes sendo um representante masculino, 02 femininos e 01 jovem, devido as particularidades que envolve os sujeitos, compondo assim quatro participantes que contribuíram nesse processo, aqui identificados como entrevistado F29, F45, F2 e M2F2, por apresentarem peculiaridades distintas mesmo fazendo parte do agroecossistema da Horta Comunitária Povo Unido.

A análise dos fluxos econômicos do Núcleo Social de Gestão do Agrossistema (NSGA) da família F29, do sexo masculino, possui dependentes da riqueza geradas pela renda agrícola embora, nenhum deles tenha participação na força de trabalho do NSGA, o trabalho desempenhado nas diferentes esferas de ocupação econômica mercantil e participação social, refere-se apenas ao familiar responsável. A apresentação do Diagrama de Síntese dos fluxos, F29 revelam em relação aos recursos produtivos mercantis (insumos e serviços) uma baixa autonomia o que implica em alta dependência de insumos externo e não houve valores correspondentes a “Recursos Reproduzidos” (Insumos - Reciprocidade Ecológica) e “Recursos Recebidos” (Entrada Reciprocidade), porém houve “Saída Reciprocidade, um valor correspondente a R\$

6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais) doado a outro produtor.

Consequentemente, revela uma gestão de menor campesinidade, que significa capacidade de resposta referente aos recursos mobilizados para o processo de trabalho, o que compromete a sua autonomia, por ser dependente dos recursos adquiridos no mercado em relação a aquisição de insumos e serviços prestados de mão de obra direta, pois o trabalho de reprodução do agrossistema é externalizado visto que seu processo de produção concentra na aquisição de insumos “sementes” e terceiriza o serviço para germinação das mudas. Outro aspecto limitante é a concentração da produção apenas em um produto, aumentando o risco de perdas por ser uma monocultur, aumentando o risco em relação a sustentabilidade pela falta de diversidade de produção, além de que não há prática de manter uma reserva de contingência. Não foi declarado nenhuma participação em redes sociotécnicas de aprendizagem e em espaços de gestão de bens comuns ou ações coletivas visando a governança desses bens, registra-se apenas a participação em assembleias.

O grau de autonomia, que é identificado pelo Índice de mercantilização, ou seja, quanto mais próximo ou acima de 1,00 demonstra a dependência das trocas mercantis. O diagrama de síntese, revelou que o índice apresentado corresponde a 1,0 revelando perfil de gestão assemelhando-se aos mercados dito empresariais, ao concentrar a mão de obra direta terceirizada e os custos de produção dependente excessivamente do mercado externo, elevando os custos produtivos. Os produtos destinados para autoconsumo, destina apenas R\$ 120,00 anual, e produtos doados por reciprocidades correspondentes a R\$ 6.400,00 anual. Esses valores serão representados nos “circuitos não mercantilizados” e referem-se a atividades e as relações estabelecidas dentro do agroecossistema, mas que não são mediadas pelo mercado.

Outro fator limitante que compromete a sustentabilidade é manter as vendas destinada ao atravessador, o que aumenta a dependência com mercado externo. Conforme propõem o método de análise, quanto maior o controle sobre suas relações comerciais maior será o nível de apropriação do valor agregado. Apesar disso, no entanto, consegue manter um índice de Rentabilidade Monetária Bruta (RMB) corresponde a 2,703, por ser um produto de alta aceitabilidade no mercado e sua produção pode se estender por período e volume maior de colheita do produto, o que permite uma maior margem de ganho nas vendas e valor agregado, permitindo validar a sustentabilidade do agroecossistema da família, mesmo com o elevado risco e baixo autonomia.

A família F45, do sexo feminino, também revelou baixa autonomia e alta dependencia de

insumos externos, pois atua na gestão do agroecossistema e não disponibiliza força de trabalho no NSGA. Contudo, a riqueza gerada pela renda agrícola atende outros membros familiares como dependentes da riqueza. O valor destinado ao autoconsumo é relativamente baixo, apenas R\$ 240,00 anual e não há informação de doações e recursos recebidos por reciprocidade. Como recursos reproduzidos pelo próprio agroecossistema, um valor de R\$ 12.000,00 anual, perfazendo o somatório apresentando em “circuitos não mercantilizados” de R\$ 12.240,00. A sua produção é destinada a venda para atravessador, o que compromete o preço de venda por um período contratual de um ano, visto que o valor é relativamente baixo, diminuindo pela metade e segue uma lógica de mercado voltado a participação em volume do produto, se comparado ao preço de venda em lócus ou outros mercados, como por exemplo, na Feira de Orgânicos. Devido a necessidade de cumprir com as quantidades e diversidade comprometidas com o atravessador, F45 semanalmente adquire de outros agricultores canteiros para complementar os pedidos, principalmente porque produz apenas um produto e precisa diversificar com outros. Essa estratégia culmina em aumentar a dependência do mercado externo diminuindo sua autonomia, mas devido a sua capacidade de produção e reprodução consegue manter um índice de mercantilização (IM) de 0,92 menor mais ainda próximo do fator de referência que é 1,00.

Notadamente, ocorre que os recursos produtivos mercantis quando são compostos por produção própria e pelos canteiros adquiridos de outros agricultores, passa a ser considerados como aquisição em mercados socialmente regulados, cuja origem é identificada como no território, o que permite que os recursos empregados para os remunerar, permaneçam circulando e gerando recursos para sustentabilidade dessas famílias para além do participante F45, consequentemente impactando na economia local. Embora a Renda Monetária agrícola seja alta, os custos elevados devido aos recursos mobilizados para o processo de trabalho, compromete a sua autonomia e impacta na rentabilidade pelo custo elevado com mão de obra aplicada na produção, resultando no índice de rentabilidade monetária que se apresenta com 0,520.

A família consegue manter sua sustentabilidade, mas com um índice baixo considerando a sua “Renda Agrícola” e devido a ausência na participação na força de trabalho do NSGA. Contudo, mesmo com a dependência externa por ser destinada apenas a atravessador, suas estratégias na construção de mercados e diversificação da produção, evidência a capacidade de articulação e integração a partir do arranjo socioprodutivo da Horta, como resultado contribui significativamente com outras famílias de agricultores, que cultivam seus lotes com intuito de repassar os canteiros fechados.

A família F2, apresenta uma diversidade de acesso a mercados que lhe confere maior autonomia, apresenta um estilo de gestão de maior campesinidade, na lógica camponesa. É do sexo feminino e seu NSGA é composto por dois membros que participam do núcleo, e três membros que não tem participação na força de trabalho. Um dos membros possui lotes e não participa na força de trabalho, mas devido aos pais, usufrui da riqueza gerada pelo agroecossistema. Essa família tem uma diversificação de acesso a mercados, vende in lócus, fornece para CESOL (Centro Público de Economia Solidária), Coopervida e participa da feira de orgânicos, o que possibilita um índice de mercantilização de 0,69 muito bom, o que significa não ser completamente dependente do mercado externo. Essa estratégia é expressiva, visto que a venda direta ao consumidor, conforme o método, corresponde ao maior nível de apropriação do valor agregado gerado pelo trabalho do NSGA da família F2. Uma estratégia importante é optar por produzir uma diversificação de produtos, mesmo adquirindo mudas de produtos como alface, couve, rúcula, beterraba, cenoura, entre outras. Como parte de sua produção é cebolinha, permite divisão da touceira, gera recurso reproduzidos e diminui consideravelmente os custos de produção.

O diagrama de síntese demonstrou o valor destinado ao autoconsumo de R\$ 720,00 anual, as doações correspondem R\$ 300, e recebidos por reciprocidade R\$ 6.400,00 e o valor de R\$ 4.320,00 como recursos reproduzidos pelo próprio agroecossistema totalizando R\$ 11.740,00 anual, apresentando em “circuitos não mercantilizados”. A Renda Monetária agrícola contribui para um índice muito bom de 2,682. Devido os recursos reproduzidos, os custos sejam controlados e os recursos mobilizados para o processo de trabalho baixo, não compromete significativamente a sua autonomia.

O participante M2F2, membro da família F2, é uma “anomalia positiva” que demonstra a alta sustentabilidade alcançada por uma gestão que otimiza a produção e reduz a dependência externa. Do sexo masculino, jovem, responsável pela gestão de seus lotes e participa de forma integral do processo produtivo do seu agroecossistema. A produção é destinada a venda de canteiros para atravessador e intermediário, sendo poucas as vendas in lócus na Horta. O índice de Rentabilidade Monetária, se apresenta 8,578, muito alto se comparado as outras famílias. Esse achado da pesquisa demonstra uma “anomalia positiva”, resultado da otimização da produção e das estratégias escolhidas pela sua participação da força de trabalho integral, que é um ponto forte para mitigar a dependência de serviços de terceiros atrelada pela capacidade de reprodução, resultante das mudas germinadas dos seus próprios lotes. De modo que, pela sua capacidade de

“recursos reproduzidos” e “não mercantilizados”, resulta no índice IM elevado de 0,08. Nesse sentido, a dependência externa para iniciar um novo ciclo é praticamente nula, demonstrado pelo Índice de mercantilização que a cada ciclo, aumenta a sua autonomia na gestão do seu agroecossistema. Nesse cenário, o NSGA de M2F2 garante e promove a sustentabilidade por período maiores e cria oportunidades para novas possibilidades e diversificação de sua produção.

O resultado apresentando por M2F2, demonstra a relevância da renovação gerencial, incentivo para participação dos jovens, e do conhecimento para a sustentabilidade. Apesar do destaque para seu desempenho, o ideal é não permanecer por muito tempo tão dependente de intermediário e atravessador para venda de sua produção, mas que busque acessar e diversificar novos mercados.

Para consolidar essas considerações e ampliar as discussões, segue dados para comparação de custos e rendas, a partir das tabelas e diagramas detalhados pelo método. Segue Tabela 1:

Tabela 1 – Apresentação dos custos de produção e vendas				
CUSTOS DA PRODUÇÃO	NSGA			
	F29	F45	F2	M2F2
Consumos intermediários	8.360,00	92.600,00	15.180,00	3.320,00
Pagtos a terceiros	30.600,00	49.476,00	8.720,00	-
Custo sistêmico	6.540,00	-	-	-
Total cp	45.500,00	142.076,00	23.900,00	3.320,00
Reciprocidade ecológica e social				
Insumos consumidos	-	-	4.320,00	36.000,00
Prod. Própria por reciprocidade	-	-	6.400,00	-
Recebido por reciprocidade	-	-	--	
CUSTO TOTAL DE PRODUÇÃO	45.500,00	142.076,00	34.620,00	39.320,00
RENDIA BRUTA AGRÍCOLA	F29	F45	F2	M2F2
VENDA MERCANTIL	168.480,00	216.000,00	88.000,00	31.800,00
Autoconsumo	120,00	240,00	720,00	-
Doação	6.400,00		300,00	-
TOTAL RENDA FAMILIAR	175.000,00	216.240,00	89.020,00	31.800,00

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Com base no que foi contextualizado, segue os Indicadores Econômicos apresentados nos Diagrama de Síntese, dos 4 (quatro) sujeitos da amostra, conforme Tabela 2:

Tabela 2 – Comparativo do Diagrama de Síntese

	Índice de Mercantilização	Índice de Rentabilidade Monetária
F29	1,0	2,703
F45	0,92	0,520
F2	0,85	2,682
M2F2	0,08	8,578

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A partir da análise e do comparativo, considerando que o Índice de Mercantilização (IM) indica os CP (custos produtivos) incorporados ao processo de trabalho como mercadorias, e demonstra o grau de dependência do agroecossistema em relação aos mercados de insumos e serviços aplicados na produção, os resultados revelam que F29 e o F45 possuem os menores grau de autonomia, sendo os maiores em dependência externa, nesse quesito o membro M2F2, apresenta uma autonomia muito alta, e o melhor índice de mercantilização e não é dependente dos mercados (empresariais); em seguida, mesmo com estratégias diferente para seu agroecossistema se destaca entrevistado F2, como o segundo melhor IM.

Nesse sentido, pode-se inferir, que quanto a responsividade, que corresponde à capacidade de resposta do agroecossistema a variações externas, embora impactam no seu funcionamento econômico-ecológico, assim os efeitos e impactos de externalidades em F29 apresenta maiores riscos de perdas diante de uma situação atípica ou adversa, comprometendo a sustentabilidade de suas unidades produtivas, seguido de F45.

Pode-se afirmar que no quesito campesinidade, F29 é dependente de externalidades, tanto quanto F45, o que faz diminuir drasticamente seus índices econômico. Nesse sentido F2 e M2F2, apresentam um estilo de gestão de maior campesinidade, garantido uma sustentabilidade mais equilibrada com possibilidades de criar oportunidades.

Quanto a análise de Rentabilidade Monetária, que indica o percentual de remuneração do capital financeiro investido na produção e se destaca por ser um indicador relevante para propor estratégias pelos NSGAs nos agroecossistemas, é perceptível que F29 e F45 demonstram um perfil de ser geridos segundo estilos empresariais, uma vez que seus fluxos econômico-ecológicos são comandados essencialmente pela lógica do mercado, nesse sentido F29 se apresenta com o menor peso em relação aos circuitos não mercantis, diferente de F45, F2 e M2F2

O índice de mercantilização de M2F2, se destaca por se autossustentável, por não utilizar

serviços de terceiros e se dedicar integralmente a sua produção, consequente as duas relações com os índices econômicos e de ocupação, coadunam-se para demonstrar a maior sustentabilidade, mesmo sendo o responsável jovem.

Vale destacar, que conforme proposto pelo método, quando uma família apresenta um progressivo aumento da base de recursos autocontrolada (em termos tanto quantitativos e qualitativos), há o indicativo do nível de eficiência técnica e da capacidade de conversão dos recursos em produtos, assim culmina em elementos decisivos para a elaboração de estratégias que contribua para o aumento da rentabilidade dos agroecossistemas, quando geridos na perspectivas camponesas, como comprovado com M2F2. De tal modo, que quando as estratégias seguem a lógica de gestão empresarial, os níveis de rentabilidade do agroecossistema são definidos essencialmente pelo cálculo da relação custo/benefício expressa em termos monetários, conforme F29 e F45.

Nesse contexto, é relevante e comprovado pela análise, e que se pode inferir que os agroecossistemas que apresentam maiores índices de mercantilização, como em F29, direciona o planejamento dos ciclos de produção na busca predominantemente de alcançar maior eficiência econômica (em termos monetários) no curto prazo. Como resultado, implica dizer que M2F2 apresenta melhores resultados econômicos dos agroecossistemas, mesmo com a renda agrícola menor, mas gerido estrategicamente e por possuir maior resposta, pois sua estratégia de produção, descreve ações de desenvolvimento que vinculam organicamente o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo.

Em síntese, a análise quantitativa permitiu aprofundar as peculiaridades dos perfis de gestão de cada família e membro. Esses achados demonstram que, conforme afirmado pelas famílias em suas percepções, é possível alcançar a sustentabilidade mesmo diante dos desafios. O estudo valida a hipótese de que o planejamento que vincula o trabalho produtivo e reprodutivo leva a melhores resultados econômicos a longo prazo, e que o arranjo socioprodutivo da Horta Comunitária Povo Unido, contribui para a sustentabilidade dessas famílias em diferentes graus. Por fim, os resultados não sugerem uma solução única, mas indicam tendências de desempenho que podem subsidiar novos estudos.

Apesar da relevância das descobertas, é importante reconhecer as limitações deste estudo, visto que a análise se baseou em um único estudo de campo com uma amostra intencional de quatro núcleos familiares, o que restringir a generalização dos resultados para outros contextos. Além disso, a coleta de dados, realizada em ponto temporal específico, não permite capturar a

dinâmica da sustentabilidade a longo prazo. Diante disso, este trabalho indica direções para investigações futuras, na realização de estudos longitudinais para monitorar o desenvolvimento dos arranjos socioprodutivos ao longo do tempo, bem como a alocação do Método Lume em diferentes contextos geográficos para validar os indicadores de sustentabilidade em outras realidades da agricultura urbana.

CONCLUSÃO

A análise da Horta Comunitária Povo Unido demonstra que os arranjos socioprodutivos de base comunitária são instrumentos eficazes para a promoção da sustentabilidade econômica e social de agricultores familiares urbanos. Os resultados validam a hipótese central do estudo: a organização coletiva e a cooperação não apenas fortalecem os laços sociais, mas também capacitam os agricultores a superarem vulnerabilidades econômicas e a construir mercados mais justos e eficientes. A pesquisa revelou a existência de perfis de gestão distintos dentro do mesmo arranjo e apontam que a diversidade de mercados, a valorização da campesinidade e a prática da reciprocidade contribuem para maior autonomia e resiliência dos agroecossistemas.

A dicotomia entre, as famílias que demonstram um estilo de gestão mais próximo da lógica empresarial, com alta dependência de insumos externos e de mão de obra terceirizada; e as famílias, que evidenciaram uma lógica de maior campesinidade. Essa distinção, mensurada pelos indicadores de sustentabilidade do Método Lume, comprova que a autonomia está diretamente correlacionada com a capacidade de um núcleo familiar vincular organicamente o trabalho produtivo e reprodutivo, provando que, mesmo com uma renda agrícola menor, uma gestão estratégica com foco na reprodução dos recursos internos podem resultar em uma rentabilidade monetária excelente e em nível de autonomia quase completo. Essa descoberta ressalta a importância do conhecimento e da renovação gerencial para a sustentabilidade dos agroecossistemas.

O estudo reforça a necessidade de políticas públicas que apoiem experiências coletivas, ampliem o acesso a mercados justos e reconheçam a importância da agricultura urbana como estratégia de desenvolvimento sustentáveis. A pesquisa, portanto, contribui para o debate acadêmico e político ao aprofundar a compreensão dos arranjos socioprodutivos de base comunitária, oferece subsídios valiosos para a necessidade de formulação de políticas públicas que reconheçam e apoiem a economia solidária e as práticas agroecológicas como caminhos

essenciais para o desenvolvimento local.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao programa de Programa De Pós-Graduação em Agroecologia E Desenvolvimento Territorial (PPGADT) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), em associação ampla com a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) que viabilizaram a condução da pesquisa, que resultou na Tese de Doutorado que deu origem a este artigo.

REFERÊNCIAS

FAVARETO, A.; SEIFER, P. As diferentes formas de definir o rural brasileiro e algumas tendências recentes—implicações para políticas de desenvolvimento e combate à pobreza. **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas. Brasília: IICA**, p. 55-106, 2012.

FUINI, L. L.; HORI, M. Arranjos Produtivos Locais e desenvolvimento regional no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 35–52, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MIRANDA, D. L. R. *et al.* Construção social de mercados orgânicos: o caso das Células de Consumidores Responsáveis em Florianópolis-SC. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 59, e220071, 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NASCIMENTO, D. C.; SANTOS, M. H. L. C. Mulheres na agricultura familiar da RIDE Petrolina/Juazeiro: perfil socioeconômico com base no censo agropecuário 2017. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 21, n. 2, abr./jun., p. 174-197, 2024.

PETERSEN, P. *et al.* LUME: Método de análises econômico-ecológico de agroecossistemas. **Brasil: AS-PTA Agricultura familiar e agroecología**, 2021.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar: o processo de realocação da produção agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações rurais & agroindustriais**. Lavras, MG. Vol. 17, n. 1 (2015), p.[56]-71, 2015.

SAGAE, E. **Agricultura, cidade e movimento**: as experiências de agricultura urbana em Florianópolis, SC. 2022. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de

Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/242601>. Acesso em 17. Ago.2025.

SAMPAIO, C. A. C.; DALLABRIDA, I. S.; PELLIN, V. Para pensar a socioeconomia das organizações: estudo comparativo de uma experiência incipiente brasileira com um projeto demonstrativo chileno. **Revista Paranaense de Desenvolvimento – RPD**, Curitiba, n. 109, p. 49-80, 2011.

SANTOS, E. S. D. **Políticas públicas e associativismo no espaço rural**: análise comparativa dos resultados do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado nos municípios de Rancharia e Dracena (SP). 2020. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), SP, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/193141>. Acesso em 21 ago.2025. SILVA, S. M. P. Os movimentos sociais, os novos arranjos socioprodutivos e a importância dos aportes técnicos e tecnológicos. **Extensão Tecnológica: Revista de Extensão do Instituto Federal Catarinense**, Rio do Sul, v. 11, n. 22, p. 27-54, 2024.